

PERSPECTIVAS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

¹ Loreнна Galdino de Farias

² Emanuela Gomes Falcão

³ Larissa Cunha Alves

⁴ Maria Célia de Freitas

⁵ Dafne Paiva Rodrigues

⁶ Sawori de Jesus Silva Bezerra dos Anjos

TRABALHO PARA PRÊMIO: PÓS-GRADUAÇÃO – EIXO EPA: COMPETÊNCIAS CLÍNICAS E
HABILIDADES COMPLEXAS PARA A PRÁTICA.

RESUMO

A violência obstétrica é um tema que tem despertado interesse por parte da comunidade científica e acadêmica. Assim, o estudo tem como objetivo compreender a teoria das representações sociais no âmbito da violência obstétrica. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura em que foram selecionados nove artigos publicados nas bases de dados Scielo, LILACS e CAPES, entre os anos de 2012 a 2022. Utilizaram-se os descritores: violência obstétrica, psicologia social e representações sociais. Os artigos foram apresentados em quadros, sendo classificados de acordo com o título, autor, ano de publicação e objetivo, desenho do estudo, população e amostra. Posteriormente foi realizada uma discussão na busca de similaridades sobre a temática. Com o desenvolvimento do estudo, pôde-se constatar que a violência obstétrica provoca sofrimento e desrespeito à mulher no processo parturitivo, sendo necessário a capacitação da equipe de saúde, haja vista que ainda há muito para ser desenvolvido a fim de tornar acessível os saberes sobre a proteção, promoção e preservação da saúde e direito da mulher.

Palavras-chave: Violência Obstétrica; Psicologia Social; Representações Sociais.

INTRODUÇÃO

Durante muitos séculos o parto referia-se a um evento privativo, em que só a mulher poderia participar, sendo este realizado por uma parteira. Posteriormente, com os avanços na

1. Enfermeira Obstetra pelo Programa de Residência em Enfermagem Obstétrica da Universidade Federal do Ceará (UFC)
 2. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
 3. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
 4. Doutora em Enfermagem. Docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
 5. Pós-doutorado em Enfermagem. Docente do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
 6. Doutora em Enfermagem. Docente do Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
- E-mail do autor: lorennagf@hotmail.com

área de saúde, passou a ser vivido de forma institucionalizada e pública, em que as mulheres passaram a ter seus bebês em instituições de saúde (TEIXEIRA et al., 2020).

Com essa mudança de ambiente, outros atores passaram a fazer parte desse cenário marcando mudanças expressivas com o intuito de evitar o aumento das taxas de mortalidade materno/fetal. Diante dessa premissa, o modelo de cuidado instituído dentro das instituições hospitalares passou a valorizar o caráter patológico, invasivo, em que a mulher não tinha privacidade, cuja decisão era tomada pelo médico o que acabou resultando em uma mudança no processo parturitivo (WALDOW, 2010). Surgia então a modalidade obstétrica, que visava não somente diminuir a taxa de mortalidade materna, mas também pesquisa a gestação e o parto.

Embora a Organização Mundial de Saúde (OMS), assim como as políticas nacionais visem a valorização do papel da mulher, é reconhecido que as práticas adotadas durante o período gestacional se tonaram intervencionistas (MEDEIROS et al., 2020). Esse entendimento foi evidenciado em 2000 quando foi realizado na América Latina o Congresso de Humanização do Parto e Nascimento, o que gerou a necessidade de estabelecer uma mudança de paradigma em relação ao cuidado a parturiente (TEIXEIRA et al., 2020).

No entanto, apesar dos esforços em humanizar o cuidado a mulher, é possível identificar o poder e a dominação profissional, que muitas vezes se constitui em atos de violência obstétrica institucional que pode ser classificado em negligência, violência verbal, violência física e violência sexual (SOUSA et al., 2020). Muitas vezes, a mulher é impedida de ficar com alguém da família, de chorar, de pedir informações, ou mesmo realizar um procedimento sem explicar o motivo para paciente, por exemplo.

Destaca-se que, embora a OMS considere algumas práticas ineficientes, elas ainda continuam sendo praticadas rotineiramente. No entanto, é necessário um maior suporte as mulheres, pois algumas se sentem desamparadas, ficando em silêncio por medo ou por opressão (SOUSA et al., 2016).

Nesse contexto, destaca-se a teoria das representações sociais com o intuito de reconhecer o fenômeno sob o olhar da mulher, pois é ela quem está sofrendo a violência obstétrica de modo a construir um conhecimento prático sobre o tema. Segundo Ferreira, Santos Júnior e Azevedo (2004) refere-se as construções mentais dos objetos, tendo uma relação direta das atividades simbólicas dos sujeitos, assim como a sua inclusão na totalidade social.

Oliveira (2015) explica que a expressão Representação Social surgiu pela primeira vez a partir de um resgate das ideias de Durkheim feita pelo psicólogo Frances Sege Moscovici em 1950. Nessa primeira abordagem é proposta uma conotação tendo como base uma teoria científica com complexidade, que em contato com uma cultura nova, ao mesmo tempo

transforma-se estabelecendo um novo direcionamento a sociedade. Anos depois, em 1978, a representação social apresenta um novo conceito do princípio, incluindo na sua definição um contexto atual, em que o autor social deve absorver as regras que sofreram uma mutação.

Com base nessa contextualização, o desenvolvimento do estudo se justifica, pois a Teoria das Representações Sociais no campo da enfermagem tem apresentando grandes contribuições sobre o entendimento do processo saúde-doença, possibilitando desenvolver pesquisas sobre a profissão de enfermagem, assim como também sobre o tipo de cuidado pode oferecer e o seu real significado no contexto social.

Assim, o objetivo deste estudo é compreender a teoria das representações sociais no âmbito da violência obstétrica.

MÉTODO

Para o desenvolvimento desse estudo, optou-se pela revisão narrativa, pois a mesma apresenta uma visão mais aberta e, geralmente, não surge de uma questão muito definida, ou seja, não há uma rigidez na sua elaboração.

A revisão narrativa é caracterizada como um processo de descrição do estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual. Este tipo de revisão não fornece uma metodologia para a busca das referências, das fontes de informação utilizadas, nem dos critérios usados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constitui, basicamente, da análise da literatura, da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador (ROOTHER, 2016).

Em relação às etapas percorridas para o desenvolvimento do estudo, estas incluíram: 1) a escolha do tema; 2) busca na literatura; 3) seleção de fontes; 4) leitura transversal; 5) redação e; 6) referências (SOUZA et al., (2018).

Assim, após a definição do tema e para responder à questão norteadora “O que a literatura especializada em saúde, dos últimos dez anos, traz a respeito da teoria das representações sociais acerca da violência obstétrica?” foi feita a busca nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para seleção dos artigos, foram utilizados os critérios de inclusão: artigos no idioma português, inglês e espanhol; publicados no período de 2012 a 2022, por ser um período recente que evidenciam as práticas mais atuais, e que abordassem as representações sociais acerca da violência obstétrica. Foram excluídos estudos que não estavam disponíveis na íntegra, relato de experiência, artigos que embora tratassem sobre as representações sociais, mas explanavam

situações não relacionadas a violência obstétrica.

A coleta dos artigos foi realizada em dezembro de 2022. À medida que os artigos eram identificados, realizava-se a leitura detalhada do resumo para a observação quanto à adequação aos critérios anteriormente descritos, bem como se respondiam ao questionamento do estudo. Posteriormente foi realizada a leitura exaustiva dos artigos selecionados, na íntegra.

Foram utilizados os descritores inseridos no DECS/MESH: Violência obstétrica *and* Psicologia social *and* Representações sociais. Inicialmente, foram encontradas 93 produções científicas, sendo selecionados 81 produções que apresentavam o texto na íntegra, disponível *online*, sendo que 15 atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos para o estudo em questão. Após a leitura dos títulos e resumo dessas produções foram então selecionados para incluir na revisão nove publicações que de fato atenderam aos critérios propostos e respondeu à questão do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do levantamento nas bases especificadas anteriormente, foram selecionados nove artigos. Em meio ao avanço na leitura e compreensão dos estudos, foram levantados aspectos de destaque e similaridades.

Quanto aos títulos, a maioria tinha os descritores selecionados: representações sociais e violência obstétrica. Quanto aos objetivos dos estudos, analisando de modo geral, também a maioria tratava da relação das relações sociais e violência obstétrica. No que se refere ao ano de publicação, nos anos de 2015, 2015 e 2018 foram publicados 1 artigo sobre o tema em estudo. Nos anos de 2019, 2020 e 2022 foram selecionadas duas publicações.

Referente ao desenho do estudo, quatro deles utilizaram o método exploratório, quatro utilizaram a abordagem qualitativa, um quanti-qualitativo, outros dois adotaram multimétodo e dois foram descritivos. Quanto as participantes este foram puérperas, gestantes e profissionais de saúde.

Ao fazer uma retrospectiva histórica sobre o parto, durante muito tempo era limitado ao âmbito familiar, sendo a gestante assistida por uma parteira da comunidade, cujo protagonismo era exclusivo da mulher. No entanto, com o passar dos anos o parto e o nascimento foram sendo institucionalizados, cujas ações se destacaram visando minimizar os elevados índices de mortalidade materna e neonatal (Medeiros et al., 2020). No entanto, essa nova forma de cuidar propôs um novo processo de medicalização da assistência, e com isso a mulher acabou perdendo o protagonismo, sendo assumido pelo profissional de saúde, o que levou ao aumento de intervenções cirúrgicas e emergenciais, além do desrespeito à privacidade e vontade da

mulher e afastamento dos seus familiares (SOUZA et al., 2022).

Segundo Leitão (2022), essa nova forma de ver a gestante, o parto e o nascimento levou a desdobramentos que levam a apropriação do corpo da mulher, e esta realidade levou a práticas que afrontam a dignidade da paciente, caracterizadas como violência obstétrica. Estudo vêm evidenciando que em cada quatro mulheres assistidas durante o ciclo gravídico-puerperal, uma já vivenciou algum tipo de violência obstétrica.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a violência é definida como sendo uma imposição que gera um grande sofrimento e dor evitáveis. No âmbito da maternidade, a violência contra a mulher acontece tanto em instituições de saúde pública como privadas e tem sido foco de estudos em vários países do mundo (OMS, 2014). Segundo Rodriguez (2016) a violência contra a gestante pode ser expressa de modos distintos, como: discriminação social, negligência no cuidado, violência verbal e violência física. As pesquisas também indicam que a violência pode ser praticada a partir do uso inadequado de procedimentos, intervenções e de tecnologias, que nesses casos, alguns profissionais de saúde justificam como ações normais e que faz parte da rotina (ZACHER-DIXON, 2015).

Paiva (2019), complementando esse entendimento explica que diante da rotina rígida imposta nas unidades hospitalares, em que preconiza um modelo de parto pré-estabelecido, generalista e na maioria das vezes abusiva, praticando intervenções desnecessárias em detrimento do cuidado pautado nas reais necessidades das mulheres, violando não somente os direitos das mulheres, mas também de seus familiares.

Magalhães (2019) acredita que a discussão da violência obstétrica é bem mais ampla, envolvendo também a violência de gênero, isso porque, a situação de vulnerabilidade em que a maioria das mulheres experimentam, leva a construção de gênero, já que no primeiro momento também é possível perceber uma distinção em relação ao estatuto social da condição feminina. O autor menciona ainda que, quanto menor a escolaridade e mais escura for a cor da pele da gestante, menor será a atenção e mais precária a assistência à saúde. A mortalidade também é maior entre as mulheres negras quando comparado as mulheres brancas.

Por medo e por falta de informações, as mulheres em trabalho de parto preferem não darem opinião e nem fazer nenhuma reclamação, pois mesmo sofrendo com o nascimento, tudo se transforma em alegria, esquecendo de certa forma os maus tratos vividos (FERREIRA; LEMOS; SANTOS, 2020).

Sales, Avelar e Aléssio (2018) mencionam que com o intuito de desenvolver ações para que as mulheres não sofram violência obstétrica, protocolos de atenção ao parto foram organizados pelos movimentos femininos, com o propósito humanizar o parto, com foco a

assistência provida pela doula e enfermeira obstétrica.

Nesse contexto, destaca-se a Teoria das Representações Sociais (TRS), que com base no seu processo de construção, o saber é fundamentado a partir da comunicação na vida cotidiana, com o intuito de orientar o comportamento em situações sociais do não familiar em familiar (RODRIGUEZ, 2016). Assim, de acordo com o entendimento do autor, na perspectiva da TRS, enquanto fenômeno, a violência obstétrica institucional apresenta-se como objeto social que requer representações, intervindo em uma determinada realidade.

As representações sobre o parto se distinguem conforme o grupo a que se relaciona, em que os enfermeiros, nessa perspectiva, representam o parto no nascimento como um processo fisiológico, evidenciando a importância de estabelecer o relacionamento interpessoal, visando o bem-estar da mulher, respeitando o momento que está sendo vivido, considerando todos os aspectos, sejam eles positivos ou negativos. No caso dos médicos, estes veem que o parto demanda respeito as gestantes, cujas as ações realizadas são pautadas na assistência humanizada (PAIVA et al., 2022).

Buscando mudar esse cenário de violência obstétrica e oferecer uma melhor assistência, as organizações nas áreas comprometidas com a saúde ao longo dos tempos vêm discutindo a qualidade do serviço, desenvolvendo programas e ações que sejam capazes de atender as expectativas e as necessidades daqueles que precisam desse serviço. Assim sendo, a assistência deve acontecer de forma humanizada, com base no resgate e valorização da fisiologia do parto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o entendimento que se tem sobre a violência obstétrica no âmbito do ciclo gestacional, ver o parto não somente como um processo fisiológico ou biológico, mas leva em consideração toda a sua magnitude simbólica, considerando a mulher como protagonista do parto.

Nesse sentido, a partir da representação social da violência obstétrica é possível identificar a percepção dos sujeitos envolvidos no parto sobre a violência obstétrica, considerando os aspectos mais relevantes de cada grupo, considerando também aqueles aspectos imperceptíveis para todos os grupos.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, S. N.; LEMOS, M. P.; SANTOS, W. J. Representations of pregnant women attending specialized service in high-risk pregnancies. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**. v.10, p: e3625, 2020. DOI: <http://doi.org/10.19175/recom.v10i0.3625>

FEREIRA, V. C. P.; SANTOS JÚNIOR, A. R. DOS; AZEVEDO, R. C. DE. **A representação social do trabalho**: uma contribuição para o estudo da motivação. Juiz de Fora, 2004.

LEITÃO, K. R. S. **Representações sociais de puérperas sobre violência obstétrica no cenário do parto e nascimento**. 2022, 87f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2022.

MAGALHÃES, R. C. M. Violência obstétrica enquanto violência de gênero e seu viés racial. **Revista Caderno Virtual**. v. 3, n. 45, p: 1-19, 2019. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/3949>

MEDEIROS, R. M. K.; TEIXEIRA, R. C.; NICOLINI, A. B.; ALVARES, A. S.; CORRÊA, A. C. de P.; MARTINS, D. P. Humanized care: insertion of obstetric nurses in a teaching hospital. **Rev. bras. enferm.** [Internet]. v. 69, n. 6, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0295>.

Organização Mundial da Saúde. 2014. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf?sequence=3.

PAIVA, A. de M. G. **Representações sociais de puérperas e profissionais sobre violência obstétrica**. 2019, 120f. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação de Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde do Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2019.

PAIVA, A. de M. G.; PEREIRA, A. M. M.; DANTAS, S. L. da C.; RODRIGUES, A. R. M.; SILVA, F. W. O. da, RODRIGUES, D. P. **Representações sociais da violência obstétrica para puérperas e profissionais da saúde**: análise fatorial de correspondência. *Cogitare Enferm.* [Internet]. 2022 [acesso em “colocar data de acesso, dia, mês abreviado e ano”]; 27. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v27i0.75198>.

RODRIGUEZ, M. J. H. **Representações sociais de mulheres acerca da violência obstétrica institucional no trabalho de parto e parto**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Florianópolis, 2016.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2016.

SALES, Cecília Gardenia de; AVELAR, Telma Costa de; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. Parto normal na gravidez de alto risco: representações sociais de primíparas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p: 303-320, Jan.-Abr., 2018.

SOUSA, A. M. M.; SOUZA, K. V. de, REZENDE, E. M.; MARTINS, E. F.; CAMPOS, D.; LANSKY, S. Practices in childbirth care in maternity with inclusion of obstetric nurses in Belo Horizonte, Minas Gerais. **Esc. Anna Nery**. [Internet]. v. 20, n. 2, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ean/v20n2/en_1414-8145-ean-20-02-0324.pdf.

SOUZA, E. A.; et al. Violência obstétrica institucionalizada: um estudo de representações sociais. **International Journal of Development Research**, v. 12, n. 3, p: 54827-54831, 2022.

SOUSA, L. M. M; FIRMINO, C. F; MARQUES-VIEIRA, C. M. A; SEVERINO, S. S. P; PESTANA, H. C. F. C. Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação**. v. 1, n.1, p. 45-54, 2018.

TEIXEIRA, P. da C.; ANTUNES, L. S.; DUAMARDE, L. T. de L.; VELLOSO, V.; FARIA, G. P. G.; OLIVEIRA, T. da S. Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: a dor que querem calar. **Nursing** (São Paulo). v. 23, n. 261, 2020. Disponível em: <http://www.revistanursing.com.br/revistas/261/pg52.pdf>

WALDOW, V. R. Cuidar: **Expressão humanizadora da enfermagem**. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; 2010.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

URSI, E. S.; GALVÃO, C. M. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão narrativa da literatura. **Rev Latino-am Enfermagem**; São Paulo, v.4, n.1, p.124-31, 2006.

Vala, J. Representações sociais para uma psicologia social do pensamento social. In: Vala, J.; Monteiro, M. B. (Orgs.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. P: 353-384.

ZACHER-DIXON, L. Obstetrics in a time of violence: mexican midwives critique routine hospital practices. **Med. Anthropol. Q.**, Washington, D.C., v. 29, n. 4, p. 437-454, 2015. doi:10.1111/maq.12174.